

Paulo R. M. Volker*

Início este debate com uma frase que me parece fundamental para se pensar de forma conseqüente o problema pedagógico, ou seja: "Não pode haver opção pedagógica sem opção política"(1). Não tenho a pretensão de esgotar o assunto, mas tentando apenas levantar alguns pontos para discussão podemos dizer que de imediato nos deparamos com duas questões que necessitam ser resolvidas, a partir de tal citação:

1? Que relação existe entre a política e a ação pedagógica?

2? Se existe relação entre a política e a pedagogia, o que isto a carreta na prática de ensino da língua portuguesa?

Política e Ação Pedagógica

Para termos uma idéia clara de tal relação, devemos primeiramente situar o papel da escola na sociedade, e, principalmente, nas sociedades que como a nossa estão inseridas dentro do modo de produção capitalista.

Um ponto característico, estrutural, destas sociedades, é o fato da acumulação de Capital ser o motor principal de propulsão de todos os setores da sociedade. A acumulação, ou o lucro, é aqui lo que move, estrutura, vivifica, todo o complexo social do mundo capitalista. Sendo assim, a produção (como causa primeira do lucro) determina, em última instância, todo o edifício social que se ergue sobre esta base.

Porém a condição última para a produção, é justamente a re produção de todas as condições que possibilitaram esta produção. Como diz Althusser(2), "toda formação social para existir deve ao mesmo tempo que produz e para produzir, reproduzir as condições de sua produção". Deve então reproduzir: 1 - as forças produtivas - o perário - ; 2 - as relações de produção existentes.

* Aluno da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como um dos fatores de reprodução das forças produtivas, que a escola se estrutura. A mão de obra especializada, enquadrada dentro dos moldes morais, éticos, comportamentais, ou em uma única palavra, dentro dos quadros de ideologia burguesa, representa condição sine qua non para a reprodução do sistema capitalista. E a escola é o aparelho criado, preparado e dirigido para tal ação. É nela que se faz a adaptação dos agentes sociais no diversificado leque de cargos, atribuições e especializações necessários para o bom andamento de toda a máquina social. Todos os saberes práticos, regras de bons costumes, de moral, de consciência cívica e profissional, respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pela ordem estabelecida, a bem falar, o bem redigir nos são veiculados, ou melhor, "inculcados" pela escola.

A escola desta forma assegura a continuidade da ideologia dominante, da classe dominante, pois ela além de ensinar e educar aqueles que se lançam imediatamente no campo da produção, forma aqueles que mais tarde serão os educadores. Ela em si mesma reproduz as condições para sua própria existência, assegurando ao mesmo tempo a existência do todo social. Isto transparece mais nitidamente na relação quase que intocável entre professores e estudantes, que é uma relação que em si guarda todo o autoritarismo e submissão que perpassa a sociedade capitalista. O próprio idioma universitário abriga essa relação, com o sentido, como nos aponta Pierre Bordier em *A Reprodução*, de manter a própria estrutura vertical do sistema de ensino. A escola, como diz Althusser, é um dos "Aparelhos Ideológicos do Estado", que de modo velado assimila todos os mecanismos de repressão, utilizando-os nas formas clássicas de exames, chamadas, créditos, estatutos, regimentos, etc., que mascaram sua estreita ligação com o Estado.

Porém a linearidade está longe das sociedades capitalistas, que, pelo contrário, são profundos poços de contradições, movendo-se sob o fogo de dois polos constantemente em lutas - operariado e burguesia. O regime capitalista encarna a incoerência e vive, como muitos já disseram, em permanente crise. Todas as suas instituições estão ao sabor da correlação de forças principais, e todas as instituições refletem de uma forma ou de outra, esta luta. Deste modo é-nos possível apontar em todas as instâncias intermediárias da nossa sociedade as duas correntes básicas que figuram em todo modo de produção capitalista: a necessidade da burguesia de manter o status quo e a força revolucionária do operariado.

A escola sendo uma instituição intermediária entre as duas

forças fundamentais da sociedade - o capital e o trabalho - não assimila de forma total a ideologia da classe dominante. Deste modo fica sob o jugo da correlação de forças social, tornando-se um lugar denso de contradições. Dentro dela se formam os vários campos de interesses políticos, que chocam entre si, fazendo-a vacilar, de um lado para outro constantemente. E é sob este aspecto que dentro da escola todos têm uma posição, todos assumem um ponto de vista, uma perspectiva, seja ela qual for. E esta tomada de posição, consciênte ou inconsciênte, é uma atitude política, pois tanto visa a interesses particulares, como principalmente a interesses de âmbito mais geral.

Assim, qualquer opção pedagógica, educacional, é antes de tudo uma opção política, pois reflete em parcela menor o jogo de forças da sociedade, de maneira tal, que além de refletir, age sobre o todo contribuindo de um lado ou de outro para alterar, seja em que parcela for, os rumos da luta social.

Ensinar, dentro deste ponto de vista, deixa de ser um simples trabalho profissional com certas determinações particulares de interesses e necessidades, para ser uma peça importante nos rumos de todo nosso complexo social. Passa a ser uma ação política que, querendo ou não, se posiciona de modo político, contribuindo ou não para uma força social - ou classe - determinada. Porém a escolha, a tomada de posição do professor, não se dá somente de forma subjetiva, a escola, como já disse antes, reflete o todo social. E nesse refletir, suas posições ficam determinadas, em certo sentido, por um fator preponderante: a posição política da maioria dos seus membros. A força desta maioria é, em última análise, o que determina a posição política global da escola, incluindo aí a posição particular dos seus membros.

Quero dizer com isto, que hoje, ao se ensaiarem os primeiros passos da união da maioria da população - os trabalhadores - em luta pelos seus interesses, toda superestrutura social também ensaia modificações. E dentro deste espírito de mudanças, determinado pelos interesses dos que hoje são explorados, existe a exigência de uma resposta de toda a sociedade civil, incluindo aí as instituições de ensino - no sentido de dar passos firmes para novos rumos e caminhos, sob ameaça, se não o fizer, do manto obscurantista do anacronismo. Hoje, mais do que nunca, nosso passo deixa de ser pedagógico, didático, educacional, para ser eminentemente político, e disto, justamente disto, vem nossa certeza das profundas modificações que sobrevirão a partir daí, mudanças estas que têm que encarnar a necessidade não só

da maioria da comunidade universitária, como também da maioria da população brasileira.

Opção Pedagógica para a Língua Portuguesa

A partir do momento que constatamos que opção pedagógica é opção política, como se pode pensar esta opção em relação ao ensino da língua portuguesa?

O primeiro ponto que devemos constatar, é que o uso da língua está totalmente vinculado com uma certa concepção de mundo. Como diz Antônio Gramsci(3) " a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo. Quem fala somente o dialeto e compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial". Isto nos leva a constatar que não é somente lançando sobre o aluno uma gama infinita de noções sobre a nossa língua (qualquer que seja o método) que este a dominará. Este aprendizado está intimamente ligado com uma renovação de sua concepção do mundo, uma formulação de posições, que só poderão ser conseguidas a partir de um trabalho coletivo e principalmente crítico.

Coletivo pois envolve um grupo, - alunos e professores - que de forma alguma desvinculam do todo social; e crítico, pois esta é a condição única para uma modificação consistente, enquanto praxis política determinada.

Assim, pensamos num estudo da língua portuguesa tendo como base os seguintes pontos:

- 1 - Estudo reflexivo, sugerindo e se pautando sobre a maioria da comunidade universitária ou escolar, que reflete a maioria da população.
- 2 - Um estudo que vise igualmente ao manipular instrumental da língua e a modificação da percepção, visão e concepção do mundo de seus praticantes.
- 3 - Um trabalho coletivo, envolvendo de igual modo, professores e alunos, dentro de relações totalmente iguais.
- 4 - Um estudo crítico que reflita sobre o todo social, bem como sobre o próprio trabalho educacional que se pratica.
- 5 - Um estudo que seja norteado pela vivência diária, cotidiana, dos membros do grupo, fazendo com que a distância entre o que se vive e

o que se aprende na escola se reduza cada vez mais, tornando assim, tanto a prática educacional como a aprendizagem, em relação à vida diária, um todo unitário e inseparável.

6 - Um estudo, então, onde tanto o educador como o que é educado, se modifiquem, passando de forma coletiva a atuarem como educadores que se educam.

N O T A S

- 1 - Afirmação de Maurício Tragtenberg, que, segundo a revista Psicologia Atual -ano 1, nº 7-, se tornou consenso no Seminário da Educação Brasileira, realizado em Campinas (20 a 22/11/1978)
- 2 - In "*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*".
- 3 - In "*Concepção Dialética da História*". Pag. 13.